

CONTRATO Nº [•] / [•]

MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO

ANEXO P – RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•] / [•]

**CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA REFORMA, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO,
GESTÃO E OPERAÇÃO DE 143 UNIDADES DE ENSINO, COMPREENDENDO A
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS NÃO PEDAGÓGICOS**

SÃO PAULO

PROCESSO SEDUC Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP – Escolas

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. TERMOS DEFINIDOS	3
3. RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS	4
4. OBRAS PARA MITIGAÇÃO DE RISCOS DE ALAGAMENTOS E INUNDAÇÕES.....	6

PROCESSO SEDUC Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP – Escolas

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente ANEXO tem por finalidade apresentar as diretrizes mínimas de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, no que diz respeito ao gerenciamento de passivos e/ou irregularidades ambientais na ÁREA DA CONCESSÃO.

1.2. Nos termos do CONTRATO, são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA os riscos atinentes à recuperação, prevenção, correção e gerenciamento de passivos e/ou irregularidades ambientais cujo fato gerador tenha se materializado após a data de emissão da ORDEM DE INÍCIO PLENA ou que não tenham sido apontados no RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS, devendo o PODER CONCEDENTE ser eximido de qualquer responsabilidade daí decorrente e garantido o seu direito de regresso em face da CONCESSIONÁRIA caso haja a imputação de indenizações, condicionantes e/ou multas aplicadas pelos órgãos competentes ou pelo Poder Judiciário.

1.2.1. Os passivos ambientais anteriores à data de emissão da ORDEM DE INÍCIO PLENA, constatados pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE e reconhecidos pela ARSESP serão considerados como de risco do PODER CONCEDENTE, conforme disciplinado no CONTRATO.

1.3. A CONCESSIONÁRIA é responsável pelo gerenciamento das áreas contaminadas eventualmente identificadas nas áreas das UNIDADES DE ENSINO pertencentes à CONCESSÃO, devendo promover todas as ações e intervenções necessárias à sua reabilitação nos termos da legislação aplicável.

2. TERMOS DEFINIDOS

2.1. Salvo expressa disposição em sentido contrário contida neste ANEXO, termos em letras maiúsculas e não definidos de outra forma terão os mesmos significados a eles atribuídos no CONTRATO, de acordo com o ANEXO K - GLOSSÁRIO, aplicando-se, igualmente, as disposições definidas no CONTRATO a respeito da interpretação dos termos definidos.

2.1.1. Os termos definidos no singular têm o mesmo significado quando utilizados no plural e vice-versa.

PROCESSO SEDUC Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP – Escolas

2.1.2. Os termos que designem gênero masculino também designam o gênero feminino e vice-versa.

3. RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS

3.1. Nos termos da Cláusula 14.4 do CONTRATO, o CERTIFICADOR INDEPENDENTE deverá elaborar o Relatório de Passivos Ambientais, para efeitos da identificação de passivos ambientais a serem recuperados e mitigados pela CONCESSIONÁRIA.

3.2. A partir da emissão da ORDEM DE OPERAÇÃO PARCIAL, o CERTIFICADOR INDEPENDENTE terá o prazo de até 40 (quarenta) dias para a elaboração do Relatório de Passivos Ambientais das 143 (cento e quarenta e três) UNIDADES DE ENSINO cuja operação será transferida do PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA.

3.3. O Relatório de Passivos Ambientais terá por objetivo exclusivo a identificação de passivos socioambientais e deverá ser submetido à apreciação das PARTES e da ARSESP ao final do prazo indicado pelo item 3.2.

3.4. Os passivos identificados no Relatório de Passivos Ambientais deverão ser elaborados laudos técnicos individuais da evolução de cada ocorrência, os quais deverão ser assinados por profissional competente e com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as seguintes informações:

- (I) Localização do passivo socioambiental;
- (II) Caracterização geral da área, incluindo um mapeamento geológico e geotécnico e de uso e cobertura do solo em escala detalhada (1:1.000);
- (III) Descrição geral do tipo de passivo e da situação identificada por meio de levantamento *in loco*;
- (IV) Análise temporal da área em estudo, por meio da utilização de imagens de satélite atualizadas e antigas, para fins de comparação;

PROCESSO SEDUC Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP – Escolas

- (V) Resultados de investigações geotécnicas de campo e laboratoriais que venham a demonstrar a situação de estabilidade do local;
- (VI) Apresentação das soluções para recuperação do passivo ambiental;
- (VII) Croqui da situação identificada e das soluções propostas para o passivo ambiental; e
- (VIII) Registro fotográfico da situação observada.

3.5. Os apontamentos constantes do Relatório de Passivos Ambientais serão apreciados concomitantemente pela CONCESSIONÁRIA e pela ARSESP, em até 15 (quinze) dias.

3.5.1. Em caso de solicitação de ajustes pela CONCESSIONÁRIA ou pela ARSESP, o CERTIFICADOR INDEPENDENTE deverá revisitar o Relatório de Passivos Ambientais em até 5 (cinco) dias.

3.5.2. Recebido o Relatório de Passivos Ambientais com os ajustes indicados no item 3.5.1, a CONCESSIONÁRIA poderá se manifestar favoravelmente ao documento, em até 5 (cinco) dias, cabendo à ARSESP avaliá-lo subsequentemente, em até 5 (cinco) dias, e convertê-lo em Relatório de Passivos Ambientais aprovado.

3.5.3. Eventuais controvérsias que ainda sejam levantadas pela CONCESSIONÁRIA ou ARSESP, deverão ser submetidas para análise do COMITÊ DE PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS, que deverá apresentar sua deliberação final em até 30 (trinta) dias do recebimento da notificação emitida, observado o regramento do ANEXO O – SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS, a qual constituirá o Relatório de Passivos Ambientais aprovado.

3.6. Os apontamentos constantes do Relatório de Passivos Ambientais aprovado constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO do CONTRATO, desde que a solução do passivo não seja possível através de ações originalmente impostas à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO e seus ANEXOS.

PROCESSO SEDUC Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP – Escolas

3.6.1. Caberá reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO somente nas hipóteses de custos relacionados ao gerenciamento dos passivos ambientais existentes na ÁREA DA CONCESSÃO em momento anterior à data de emissão da ORDEM DE INÍCIO PLENA.

3.7. O reequilíbrio econômico-financeiro dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO indicados no item 3.6 acima será realizado na forma da Cláusula 31 do CONTRATO.

3.8. Após a implementação do reequilíbrio econômico-financeiro, a CONCESSIONÁRIA não terá nada mais a reclamar sobre os passivos existentes, inclusive aqueles identificados no Relatório de Passivos Ambientais aprovado, salvo vícios ocultos cujo fato gerador seja anterior à emissão da ORDEM DE INÍCIO PLENA, nos termos do CONTRATO.

4. OBRAS PARA MITIGAÇÃO DE RISCOS DE ALAGAMENTOS E INUNDAÇÕES

4.1. Caberá à CONCESSIONÁRIA promover as intervenções necessárias para mitigação de riscos de alagamentos e contenção de enchentes nas 6 (seis) UNIDADES DE ENSINO sinalizadas no item 6.2 do ANEXO A – CADERNO DE INVESTIMENTOS.

4.2. A CONCESSIONÁRIA não terá direito ao reequilíbrio econômico-financeiro para a promoção das intervenções necessárias para mitigação a que se refere o item 4.1 acima.